



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

RELATÓRIO DA VISITA À ESCOLA SECUNDÁRIA
RAFAEL BORDALO PINHEIRO -
GRUPO DE TRABALHO DOS CURRÍCULOS DOS
ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

Caldas da Rainha - 17.março.2014



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Mandato do Grupo de Trabalho

Promoção da reflexão e do debate em torno dos currículos dos ensinos básico e secundário.

Objetivo da visita

No âmbito do plano de atividades do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário foi prevista a realização de visitas a estabelecimentos de ensino que desenvolvam currículos alternativos, nomeadamente ministrando cursos profissionais, tendo sido escolhidas para o efeito a **Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro** (integrada no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro) e a **Escola Técnica Empresarial do Oeste**. Pretendia-se contactar com a realidade dos estabelecimentos e seus agentes educativos, e fazer o levantamento das experiências em curso, bem como dos principais problemas e dificuldades com que se debatem.

As visitas visavam complementar o trabalho de reflexão e debate iniciado com a *Audição Currículos das Vias Profissionalizantes*, realizada no dia 29 de janeiro, bem como o que vai verificar-se na Conferência sobre *Verticalidade do currículo nacional, do 1.º ciclo ao Secundário*, e permitir contactar, no terreno, com projetos educativos específicos.

Delegação de Deputados

Maria José Castelo Branco (PSD – Coordenadora), Isidro Araújo (PSD), Odete João (PS), Manuel Isaac (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Jorge Gonçalves (PS), Maria da Conceição Pereira (PSD) e Pedro Pimpão (PSD).

Delegação da Escola

A delegação presente na Escola era constituída pelo Presidente da CAP do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, Dr. António Maia Veiga, pela professora Maria do Céu Santos, coordenadora dos cursos profissionais, por vários professores coordenadores dos cursos profissionais, pelo Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (depois substituído por um vereador), por representantes da Associação de Pais e por outros membros do Conselho Geral da Escola.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro¹

O Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro foi constituído em 24 de abril de 2013 em agregação com o Agrupamento de Santa Catarina. Atualmente, conta com 22 estabelecimentos de ensino num total de 1729 alunos, distribuídos pelos diferentes níveis de escolaridade:

Nº de Estabelecimentos	Nº de alunos
Jardins-de-infância (11)	190
Escolas EB 1º ciclo (9)	255
Escola EB de Santa Catarina (1)	368
Escola Secundária com 3º ciclo (1) - Sede de Agrupamento	916
TOTAL	1729

A Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro situa-se na cidade de Caldas da Rainha e é a sede do Agrupamento.

A história desta escola confunde-se com a história da formação profissional na cidade, que, em sucessivas gerações, ali adquiriram habilitações técnicas que lhes permitiram a realização profissional nas empresas e na administração pública.

Em 1884 o ceramista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) estabelece-se em Caldas da Rainha, com a Fábrica de Faianças de Bordalo Pinheiro.

Em 1887 é estabelecido um protocolo (possivelmente o primeiro a nível nacional) de formação profissional entre a Escola Industrial e a Fábrica de Faianças de Bordalo Pinheiro.

No que respeita à Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, regressou, em 2007, aos Cursos Profissionais, que foram a sua génese, e que hoje coexistem com o chamado ensino regular.

Neste ano letivo, estão em funcionamento 9 cursos profissionais distribuídos por 15 turmas de 1º, 2º e 3ºanos: Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, Técnico de Audiovisuais, Técnico de Comunicação, Marketing – Relações Públicas e

¹ Informação remetida pela escola.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Publicidade, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Eletrotecnia, Técnico de Manutenção Industrial (Mecatrónica Automóvel), Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e Técnico de Turismo, num total 365 alunos.

Estão matriculados no ensino secundário científico humanístico 309 alunos.

Contam ainda com uma turma de ensino vocacional e um curso de educação e formação do 3º ciclo (48 alunos).

O ensino profissional e vocacional apenas é possível com uma forte ligação à comunidade, pelo que foram estabelecidos protocolos com mais de 250 empresas em vários concelhos (Caldas da Rainha, Óbidos, Alcobaça, Peniche, Lourinhã, Cadaval, Bombarral, Rio Maior...) de onde os alunos são oriundos.

Foram ainda estabelecidas parcerias e protocolos de colaboração com as seguintes entidades:

Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Óbidos, Instituto Politécnico de Leiria (Escola Superior de Tecnologias do Mar – Peniche), Agrupamento de Escolas D. João II, Associação Industrial da Região Oeste (AIRO), Centro Social e Paroquial, Montepio Rainha D. Leonor, Escola de Sargentos do Exército, diversas Juntas de freguesias (no âmbito do CNO), Universidade Nova, Associação Nacional de Professores de Eletrotécnica e Eletrónica, Câmara Municipal de Cadaval, com o Teatro da Rainha e com o Conservatório de Caldas.

Está em fase de instalação o Centro de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP).

Em 2009 as instalações foram renovadas pela Parque Escolar, estando dotadas com 55 salas de aula, todas equipadas com projetor de vídeo e computador, 6 salas TIC, estúdio de fotografia e som, laboratórios de física, de química, de biologia, de geologia, de eletrónica, oficina de instalações elétricas, oficina de mecânica, todas equipadas com excelentes e sofisticados equipamentos.

A escola conta ainda com uma biblioteca/centro de recursos, um auditório, uma cantina, um bar, dois pavilhões gimnodesportivos, dois campos de jogos exteriores e três salas polivalentes de alunos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Visita à escola

O Presidente da CAP deu as boas vindas aos presentes e passou depois a palavra ao Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

O autarca realçou a diversidade do ensino profissional, o facto de quase 50% dos alunos do secundário, do concelho, frequentarem o ensino profissional, que considerou diversificado, com várias alternativas e gerando boas oportunidades de trabalho, salientando que só ficam no ensino regular os alunos que querem prosseguir estudos no ensino superior. Referiu ainda que a média das notas dos exames do 12.º ano das 3 escolas das Caldas lhe dão o 1.º lugar a nível nacional.

Referiu depois que a Escola Secundária é uma antiga escola técnica e o ensino profissional tem tido muito bons resultados. Por último, pediu a avaliação do ensino profissional, nomeadamente pela empregabilidade e com a constituição de um ranking das escolas profissionais.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD, Coordenadora do Grupo de Trabalho dos Currículos) fez o enquadramento do Grupo de Trabalho e do respetivo mandato e informou que têm vindo a fazer duas visitas anuais a escolas, em 2012 na região Norte, em 2013 na região de Lisboa e agora nas Caldas da Rainha. Realçou depois a necessidade de existirem vertentes diversas de ensino de qualidade, capazes de darem resposta aos também diferentes perfis dos alunos.

De seguida, foi visionado um vídeo incluído na prova de um aluno do curso de Técnico de Audiovisuais e um espetáculo de dança de alunos do curso de Técnico de Apoio à Infância.

Seguiu-se depois uma visita às instalações da escola, começando pela Biblioteca, aonde estavam a terminar atividades com alunos de outra escola, portadores de multideficiência e surdos. Seguidamente, visitou-se a oficina de mecatrónica automóvel (com variadas máquinas da especialidade, nomeadamente para simulação de avarias e diagnóstico, com um custo total de equipamento de cerca de 400.000€), estúdios de audiovisual e de fotografia, as alas de informática (a nível da comunicação gráfica, audiovisual, arquitetura de computadores e a sala Macintosh, para a área do *design*) e por último os laboratórios de Química, Física, Biologia e Geologia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Após a visita, teve lugar uma reunião com os diretores dos vários cursos profissionais, vários elementos do Conselho Geral e representantes da Associação de Pais.

Nesse âmbito, a professora Maria do Céu, coordenadora dos cursos profissionais, indicou que na génese dos cursos profissionais está a ligação com a comunidade, o diagnóstico das necessidades feito com as entidades da área e a intervenção do serviço de psicologia junto das famílias. Transmitiu depois as seguintes preocupações:

- Na sequência desse levantamento, definiram cursos a abrir, mas o Governo indicou áreas prioritárias em junho, inviabilizando alguns cursos, o que gerou grande instabilidade;
- Houve turmas que não puderam funcionar e outras funcionaram sem os apoios específicos do ensino profissional, beneficiando apenas dos apoios do ensino regular, o que coloca alunos do ensino profissional em desigualdade entre si;
- A definição das áreas prioritárias tem de ser feita atempadamente, para permitir a publicitação, organização e inscrição adequadas nos cursos;
- Os cursos profissionais têm de permitir o cumprimento da escolaridade obrigatória;
- As áreas prioritárias definidas para a zona Oeste não incluem cursos de Apoio Desportivo, nem de Informática;
- A reunião da rede, com os diretores das escolas públicas e o representante do Ministério, em que participa o vereador da autarquia como convidado, é tardia e não inclui representantes das escolas profissionais privadas, pelo que pode haver duplicação de cursos e concorrência entre as escolas pela inscrição dos alunos. Assim, foi defendida a importância da articulação de todas as escolas da região (públicas e privadas) com a autarquia, para não haver sobreposição da oferta;
- A autarquia dá apenas um parecer não vinculativo sobre a oferta formativa, importante para a candidatura ao Fundo Social Europeu.

O Deputado Manuel Isaac (CDS-PP) questionou se há um levantamento das necessidades do mercado de trabalho para fixação dos cursos e referiu que a formação em Desporto está mais desenvolvida em Rio Maior.

O vereador autárquico presente defendeu a existência nas Caldas de um curso de Desporto, no âmbito da escolaridade obrigatória.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Presidente da CAP questionou também porque razão este curso não é considerado prioritário para a zona das Caldas, referindo ainda que há muitos alunos de fora do concelho, nomeadamente, de Peniche e Cadaval.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) realçou a necessidade de articulação de todos os atores educativos da região no processo de construção do Projeto Educativo, salientando o papel essencial que o Conselho Municipal de Educação pode/deve desempenhar.

O vereador autárquico reforçou que a autarquia não define a rede escolar e informou que as Caldas acolhem a sede de duas federações desportivas nacionais e um centro de alto rendimento de *badminton* e têm muitas instalações desportivas, reiterando a ligação ao desporto.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que a oferta de cursos é definida de cima para baixo e sem ter em conta as necessidades da área.

A Deputada Odete João (PS) referiu que a definição das áreas prioritárias deve ser descentralizada, o timing da definição tem estado atrasado e deve haver transparência no processo, informando que anteriormente a definição da rede envolvia as escolas públicas e as privadas. Questionou depois se têm definido o perfil do aluno que chega ao ensino profissional, os níveis de insucesso, o impacto dos cursos, a empregabilidade e a conjugação dos currículos à resposta às necessidades das empresas.

A professora Maria do Céu, coordenadora dos cursos profissionais, referiu as queixas dos professores e alunos em relação aos cursos de Mecatrónica e Análises Laboratoriais, que consideram muito complexos, referindo que poucos alunos concluíram o 2º. Mencionou ainda as queixas de que os cursos de Informática têm poucas horas atribuídas.

Informou que cerca de 50% dos alunos do ensino profissional tiveram insucesso no ensino regular e igual percentagem corresponde a alunos que optaram por este tipo de cursos. Complementarmente, informou que no 10º ano fazem um inquérito às expectativas dos alunos e muitos querem ir trabalhar no fim do secundário. Referiu ainda que cerca de 25% dos alunos mudam depois de ideias e decidem ir para o ensino superior. Por último, indicou um insucesso de cerca de 40% dos alunos do ensino profissional, que precisam de mais um ano para completarem o curso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Um empresário presente, que faz parte dos júris das provas de avaliação, referiu que têm recebido estagiários do curso de turismo e já empregaram 3 alunos que fizeram lá estágio, referindo que percebem facilmente se os alunos estão motivados ou não.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) questionou se o ensino profissional está efetivamente a combater o insucesso e abandono escolar, tendo o Presidente da CAP respondido que sem os cursos profissionais a escolaridade obrigatória até aos 18 anos seria dramática, e que atualmente quer o insucesso quer o abandono têm números residuais.

O vereador autárquico considerou que o currículo dos cursos profissionais visa colocar ao alunos no mercado de trabalho, não estando adaptado ao prosseguimento de estudos no ensino superior e referiu que 25% dos alunos, no final do curso, quer ir para aquele nível de ensino. Dando como exemplo o curso de Turismo, referiu que as 100h de Matemática do mesmo não são suficientes para prepararem para o exame do ensino secundário.

Os representantes da Associação de Pais agradeceram à Escola o diálogo que mantém com os pais, nomeadamente em relação à oferta. Referiram que a Escola é uma resposta às expetativas dos alunos e dá preparação para a vida adulta, bem como para o mercado de trabalho. Solicitaram que as mudanças sejam feitas atempadamente, para os pais e os alunos se adaptarem e não haver quebra de expetativas das famílias e desmotivação dos alunos. Pediram que seja evitada a diferenciação dos apoios dos alunos dos vários cursos profissionais.

Defenderam ainda que os alunos devem ser o centro da atenção da Escola e consideraram as entidades empregadoras como um pilar essencial.

O Deputado Isidro Araújo (PSD) lamentou a definição tardia da rede e oferta formativa, referindo que a mesma é feita com base nos dados da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP e informando que já questionaram o Ministério da Educação e Ciência sobre esta matéria.

Referiu que muitas regiões e ex-Direções Regionais fazem reuniões com as escolas públicas e privadas. Concordou que se verifica o desajustamento de alguns programas, tendo as escolas públicas aproveitado vários programas da ANESPO – Associação Nacional das Escolas Profissionais, sendo que alguns não estão homologados. Salientou ainda que o curso de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Técnico de Apoio à Gestão Desportiva é primordialmente de gestão e por isso só foi disponibilizado num número limitado de zonas do país.

A Deputada Rita Rato (PCP) questionou a diferença entre os CEF – Cursos de Educação e Formação, o ensino vocacional e o profissional.

O professor coordenador do CEF referiu que a escola sempre teve um bom resultado a esse nível, mas este ano não abriu nenhuma turma e os alunos foram para o ensino regular. Indicou ainda que o CEF só tem uma área vocacional, que obriga a mais locais de estágio. Salientou também que tinham financiamento para os CEF e ainda não tiveram para o ensino vocacional e referiu que o financiamento dos professores para deslocações para tratarem dos estágios dos alunos é de 12 cêntimos/Km e que os docentes não têm diminuição da carga horária para tratarem dos mesmos.

O coordenador do curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva referiu a desistência de muitos alunos por razões financeiras. Em relação à opção por este curso, mencionou que os alunos do ensino regular não têm a área de desporto e indicou que alguns alunos querem concluir o 12º ano e ir para o mercado de trabalho e um número reduzido pretende ir para a universidade.

Informou que têm mercado de trabalho para os detentores do curso, que inclui modalidades diversificadas de desporto, indicando que várias entidades empregadoras, nomeadamente ginásios, pedem estagiários.

Defendeu que os professores cada vez ensinam menos e educam mais, nomeadamente em termos de valores. Salientou que os alunos do ensino profissional que querem ir para o ensino superior precisam de horas de apoio nas disciplinas de Biologia, Matemática e História e de fazerem o estágio mais cedo e em período pós-laboral, para o fazerem antes da época de exames do secundário.

Defendeu que a direção da Escola tem de definir horas de apoio para estes alunos, integradas em horário letivo, para lhes permitir uma preparação para os exames nacionais idêntica à dos alunos do ensino regular. Equacionou ainda a hipótese de estes alunos fazerem exame numa disciplina específica. Por último, defendeu que a Prova de Aptidão Profissional valoriza suficientemente o aluno, embora pudesse ser reponderada a fórmula de classificação do aluno, valorizando-a.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O vereador autárquico referiu que não há ensino noturno na Escola e os jovens que estão no mercado de trabalho precisam de completar a sua formação, pelo que solicitou a revitalização do ensino noturno.

O responsável do Centro de Formação salientou que não há formação contínua de professores do ensino secundário a nível de gestão e adaptação dos currículos, não conseguindo dar resposta nesse âmbito, havendo apenas formação informal. Requereu depois formação em contexto e pediu formação nos mesmos termos da de bibliotecas e ensino especial.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) sugeriu a utilização de formadores internos para o efeito.

O Coordenador do Curso de Audiovisual defendeu que os alunos do ensino profissional têm de ter a possibilidade de ir para o ensino superior.

O Coordenador do Curso de Técnico de Apoio à Infância considerou que 30 alunos por turma é excessivo, referiu que após o 1.º ano alguns alunos mudaram de curso e informou que tem sido possível arranjar estágio para todos.

No final da reunião, o Deputado Pedro Pimpão (PSD) realçou a importância de se ouvirem as preocupações dos professores.

Por último, o Presidente da CAP agradeceu a visita dos Deputados e pediu ajuda para que possam trabalhar melhor.

A documentação da visita está disponibilizada na [página da Comissão](#), na *internet*.

Palácio de S. Bento, 17 de março de 2014

A assessora da comissão
Teresa Fernandes